



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
RUA DO COMÉRCIO, 566 — FONE/FAX: 0xx 51 652-1399

O Vereador do PSDB, Ismar Gonçalves da Silva, vem na forma regimental apresentar a seguinte:

INDICAÇÃO N.º 366

INDICA À MESA DIRETORA QUE CRIE A
FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO
COOPERATIVISMO – FRENCOP NA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
BUTIÁ.

Considerando, a necessidade de desenvolvimento através do Cooperativismo na cidade de Butiá;

Considerando, que o Cooperativismo é a forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas no mundo;

Considerando, a necessidade de reunir as entidades civis organizadas para debater o assunto.

INDICA à Mesa Diretora que crie a FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO – FRENCOP na Câmara Municipal de Vereadores de Butiá.

Sala das sessões, 03 de março de 2000.


Ver. Ismar Gonçalves da Silva
PSDB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
RUA DO COMÉRCIO, 566 — FONE/FAX: 0xx 51 652-1399

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º

**CRIA A FRENTE PARLAMENTAR DE
APOIO AO COOPERATIVISMO – FRENCOP
NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE BUTIÁ.**

Art. 1º - Fica criada a FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO – FRENCOP, a ser constituída mediante a livre adesão dos(as) Senhores(as) Vereadores(as), com objetivo de apoiarem e incentivarem o Cooperativismo no Município, resgatando os valores da solidariedade, confiança e ajuda mútua, promovendo o desenvolvimento sustentável pela cooperação e seguindo os princípios gerais do Cooperativismo.

Art. 2º - As ações da FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO – FRENCOP se desenvolverão em conjunto, através de convênios e parcerias com o Sistema Cooperativista – OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado e SESCOOP/RS – Serviço Nacional de Aprendizagem para o Cooperativismo no Rio Grande do Sul.


Art. 3º - A FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO – FRENCOP será constituída mediante a livre adesão dos(as) Senhores(as) Vereadores(as), que farão por requerimento individual, ou coletivo, encaminhando ao seu Presidente.

Art. 4º - Cabe à Mesa Diretora a adoção das providências legais para a implementação das medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades da FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua promulgação.

Sala das sessões, 03 de março de 2000.


Ver. Ismar Gonçalves da Silva
Líder da Bancada do PSDB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
RUA DO COMÉRCIO, 566 — FONE/FAX: 0xx 51 652-1399


JUSTIFICATIVA

A competitividade, o desenvolvimento tecnológico, a racionalização das atividades humanas e a globalização, vem determinando a urgente revisão dos conceitos produtivos, tecnológicos, comerciais e gerenciais, tornando imprescindível encontrar caminhos que diminuam as desigualdades e a exclusão social. O Cooperativismo, através de uma economia solidária tem se revelado como fonte de soluções para estes problemas, o que é demonstrado pelo crescimento das cooperativas de trabalho, saúde, educacional, habitacional, crédito, produção industrial, consumo, energia/telecomunicação e as agropecuárias de maior tradição no Brasil. A OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul registrou 235 cooperativas em 1965; 442 em 1990 e 720 cooperativas a cerca de 730.000 cooperados em fevereiro de 2000, o que demonstra tal crescimento.

Foi criado recentemente o SESCOOP/RS – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Rio Grande do Sul com a finalidade de conjugado a OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado possam monitorar as cooperativas, administrar e executar o ensino de formação profissional, promover socialmente os trabalhadores e os associados das cooperativas, apoiando e incentivando as iniciativas que visem difundir o cooperativismo e resgatar os valores da solidariedade, da confiança e da ajuda mútua.

Assim, a proposta de criação da FRENTE PARLAMENTAR COOPERATIVISTA em nosso Município nasce transpondo os limites dos interesses ideológicos e partidários, na medida em que se propõe a identificar os problemas da sociedade em geral e buscar meios de solucioná-los através do Cooperativismo.

Sala das sessões, 03 de março de 2000.


Ver. Ismar Gonçalves da Silva
Líder da Bancada do PSDB

ESTATUTO DA FRENCOOOP
FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA, FINALIDADE E DURAÇÃO

Artigo 1º- A FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO DO MUNICÍPIO DE BUTIÁ-RS, denominada FRENCOOOP, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de natureza política não ideológica, suprapartidária, de âmbito Municipal, de duração indeterminada, com sede e foro no município de BUTIÁ-RS.

Artigo 2º- A FRENCOOOP Municipal, atuará conjugada ao Sistema Cooperativista – OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado e ao SESCOOP/RS - Serviço Nacional de Aprendizado para o Cooperativismo no Rio Grande do Sul, através de convênios e parcerias que fortaleçam a educação associativista e cooperativista, visando a promoção social dos trabalhadores e os associados das cooperativas em todo o Município.

Artigo 3º - A FRENCOOOP em conjunto com o sistema Cooperativista tem como objetivos principais :

Ver. José Ari Kalata
Autor

- I - Promover o desenvolvimento sustentável pela cooperação e seguindo os princípios gerais do cooperativismo, que são: democracia, justiça social, cidadania, ética, solidariedade, autonomia, preservação ambiental, qualidade e produtividade, profissionalismo e credibilidade.
- II - Apoiar e participar das ações cooperativas na comunidade, promovendo a integração das entidades que visam o desenvolvimento e o fortalecimento do cooperativismo e associativismo no Município.
- III - Aperfeiçoar e complementar a legislação que envolve matéria de interesse do Cooperativismo Municipal, apoiando e agilizando projetos que visem o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo no Município.
- IV - Fiscalizar os atos do Poder Executivo que dizem respeito ao cooperativismo, discutindo, acompanhando e sugerindo medidas que permitam o desenvolvimento do cooperativismo Municipal.
- V - Apoiar a integração entre cooperativas e entidades comunitárias relacionadas ao Cooperativismo.
- VI - A lei que rege as cooperativas no Brasil é a de nº 5.764/71. A entidade mater do cooperativismo Nacional é a

Ver. José Ari Kalata
Autor

IV - OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, que conta com 27 Organizações Cooperativas Estaduais. No Rio Grande do Sul a OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado tem integrado as Cooperativas de 1º grau, ditas singulares, na ordem de 701 e as Cooperativas de 2º grau, que são as Federações e Centrais, em número de 19.(dados de fev/2000)

Artigo 6º - É vedada à FRENCOOOP a participação em atividades estranhas a sua natureza e finalidade.

Artigo 7º - São deveres dos filiados:

Artigo 7º - A FRENCOOOP tem como filiados:

- I - Os vereadores que assinarem a ata de constituição e o termo de adesão, aceitando seus princípios e comprometendo-se com seus objetivos.
- II - Entidades da área do Cooperativismo, públicas ou privadas, e que de forma direta ou indireta, estejam envolvidas com a questão do associativismo e cooperativismo, que aceitem os seus princípios doutrinários e queiram colaborar com a FRENCOOOP.

Artigo 8º - A FRENCOOOP tem a seguinte composição:

Artigo 8º - São direitos dos filiados vereadores:

- I - Participar das atividades da FRENCOOOP;
- II - Participar das assembleias gerais;
- III - Votar e ser votado;

IV - Requerer ao Presidente da FRENCOOOP a convocação de Assembléia Geral extraordinária, em documento assinado por pelo menos 1/3 dos filiados;

V - Ter acesso a todos os livros e registros da FRENCOOOP;

VI - Difundir seus trabalhos cooperativistas junto aos associados das cooperativas e órgãos vinculados ao Sistema Cooperativista;

VII - Eleger um representante para integrar a FRENCOOOP/RS;

Artigo 9º - São deveres dos filiados:

I - Divulgar a FRENCOOOP, seus princípios e objetivos;

II - Participar das Assembléias Gerais convocadas;

III - Cumprir o estatuto e as deliberações das Assembléias Gerais e dos órgãos da FRENCOOOP;

IV - Exercer cargos para os quais forem eleitos ou nomeados.

Capítulo II

DA ESTRUTURA

Artigo 10- A FRENCOOOP tem a seguinte composição:

I- Assembléia Geral;

II- Conselho Consultivo;

Artigo 11- A Assembléia Geral é o órgão de deliberação soberana e de mais alto grau da FRENCOOOP, constituída por vereadores em pleno gozo de seus direitos.

§1º-A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente por convocação do Presidente do Conselho Diretor ou a requerimento de pelo menos 1/3(um terço) dos filiados vereadores, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, através de expediente aos filiados.

§2º-A assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente, por qualquer tempo, desde que motivo justificável assim exija.

Artigo 12-O Conselho Diretor é composto exclusivamente por vereadores integrantes da FRENCOOOP, que elegerão entre si um Presidente e um Secretário Geral.

Artigo 13-O Conselho Diretor é o instrumento administrativo da FRENCOOOP, devendo reunir-se tantas vezes quanto forem necessárias para o bom desempenho dos trabalhos.

Capítulo III

DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 14 -Compete à Assembléia Geral:

I-Alterar, no todo ou em parte, este Estatuto.

II-Deliberar sobre assuntos para os quais foi convocada.

Artigo 15 - A Assembléia Geral será instalada em primeira convocação com a presença mínima de 1/3 dos filiados , e em Segunda e última convocação, 15(quinze) minutos após,

com qualquer número de filiados presentes, sendo que suas decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate, se houver.

Artigo 16- Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

- I - Representar ativa e passivamente a FRENCOOOP, em juízo ou fora dele;
- II- Supervisionar e fiscalizar as atividades da FRENCOOOP;
- III- Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e as Assembléias Gerais;
- IV- Efetuar contatos com entidades públicas e privadas, com vistas ao atendimento dos objetivos específicos da FRENCOOOP;

Artigo 17- Compete ao Secretário Geral:

- I –Superintender os serviços gerais da Secretaria, assinando os expedientes de rotina interna e externa, mantendo-os em dia;
- II – Colaborar com o Presidente no preparo dos relatórios, recebendo e coordenando os relatórios de outros membros da FRENCOOOP e da Assembléia Geral;
- III – Substituir o Presidente nos seus impedimentos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ver. José Ari Kalata
Autor

Artigo 18 - Este Estatuto poderá ser alterado ou reformulado pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, desde que estejam presentes no mínimo 2/3 dos filiados com direito a voto.

Artigo 19 -A FRENCOOOP somente poderá ser dissolvida por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim e por decisão da maioria absoluta de seus membros com direito a voto ou por decisão judicial.

Artigo 20 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor, “ad referendum” da Assembléia Geral.

Artigo 21 - Este Estatuto entrará em vigor na data de fundação da FRENCOOOP.

Presidente

Secretário

**FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COOPERATIVISMO DA
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE _____**

FICHA DE ADESÃO

Nome: _____ **Data nascimento** _____

Sigla Partidária _____ **Mandato** _____

Endereço Particular: _____

Fone: _____ **Fax:** _____ **E.mail** _____

Se participa de alguma atividade associativa ou cooperativa:

Nome da entidade: _____

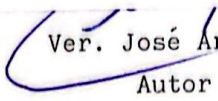
Endereço: _____

Cidade: _____ **CEP** _____ **Fone:** _____

Visto do Sistema Cooperativista:

OCERGS: _____ **SESCOOP/RS:** _____

Local e data: _____


Ver. José Ari Kalata
Autor